

**Direito, Justiça e Violência: outra introdução à Filosofia do Direito**  
**(Com vários apontamentos sobre Metodologia da Pesquisa Acadêmica)**

**APRESENTAÇÃO**

Prof. Dr. William de Siqueira Piauí (DFL-PPGF-UFS)<sup>1</sup>

**A - Construindo um projeto de pesquisa a partir do programa de uma disciplina**

Olá leitoras e leitores, dessa vez quisemos colocar vocês diante de uma tentativa diferente e que acreditamos ser fundamental para qualquer aluno que queira realizar bem certos tipos de trabalho que são comuns na universidade, tais como fichamento, resenha, artigo, TCC, dissertação, tese etc. e que queiram ter à mão um manual para compreender melhor como finalizar adequadamente o texto que pretendem submeter à revista de alunos *O manguezal*; para tanto decidimos selecionar e comentar parte de um material resultado de uma pesquisa desenvolvida em uma disciplina (Introdução à Metodologia Científica – FILO0036 – 2022.1) ministrada nas noites de segunda e sexta do presente ano aos alunos de Direito aqui da Universidade Federal de Sergipe.

Dito isso, a primeira coisa que queremos discutir um pouco e que sempre foi motivo de debate entre o meu departamento, Departamento de Filosofia (DFL-CECH-UFS), e aqueles aos quais tal disciplina é oferecida, motivado principalmente por questionamento dos próprios alunos desses departamentos, é que a compreensão correta do conteúdo a ser trabalhado na disciplina mencionada deve ter a ver mais com certas concepções de ciência e menos com ensinar as regras mais atuais da ABNT quanto ao modo como devem ser confeccionados certos trabalhos acadêmicos; ou seja, conforme a ementa que escrevemos e o que sempre pretendemos, trata-se mais de entender o que de um modo geral consideramos ser Filosofia da Ciência para a partir de então pensar quais expedientes mais básicos, como os relatórios de experimentação, os relacionados à argumentação, à formulação de hipótese, referentes ao conhecimento, à ciência mais atual e mesmo sua história etc. etc. etc., devem necessariamente resultar em escrita

---

<sup>1</sup> PIAUÍ, W. S., professor do Departamento de Filosofia do Centro de Educação e Ciências Humanas (DFL-CECH-UFS) e do Programa de Pós Graduação em Filosofia (PPGF-UFS) da Universidade Federal de Sergipe, líder do Grupo de Estudos de Filosofia da Linguagem (GEFIL-UFS), e-mail: piauiusp@gmail.com.

acadêmica, na maioria das vezes no formato de resenha, artigo, TCC, dissertação, tese etc. Até por isso mesmo, ganha sentido a disciplina ser ministrada por professoras e professores da área de Filosofia e não de Biblioteconomia, mais próxima da aplicação das regras da ABNT e produção de fichas referentes ao resumo do conteúdo de certas obras e mesmo aos índices de catalogação, ou quem sabe mesmo das Letras, mais próxima da boa escrita em português etc. Em poucas palavras, para nós, e como demonstra suficientemente sua ementa, tal disciplina deve ter a ver com Filosofia da Ciência.

Dito assim, o que o aluno encontrará aqui são exemplos de confecção de trabalhos acadêmicos muito mais preocupados com o conteúdo Filosofia do Direito e muito menos com a aplicação das regras mais atuais da ABNT. E, tendo em vista o que disse antes, por que não Filosofia da Ciência do Direito? Escolhemos o tema Filosofia do Direito justamente porque a turma era em grande medida de alunos de Direito e discutir o tema Ciência, que em geral leva em conta a divisão Ciências Humanas, Exatas e Biológicas não enquadraria de modo adequado o Direito, inclusive é bastante discutível a opinião que o Direito é uma ciência propriamente dita, e claro que não estamos dizendo que em Direito, e isso é compartilhado por praticamente todos os cursos oferecidos em uma universidade ou faculdade e que não consideramos Ciência, não tenhamos que obedecer a métodos científicos de pesquisa. Sigamos...

Assim, afastada aquela ideia geral que a disciplina deveria ensinar ABNT e tendo decidido que o tema principal abordado na disciplina seria Filosofia do Direito, passamos a escolher qual o material básico, a bibliografia básica do curso, a que nos daria o Norte para confecção do programa. De um modo ativo, adotamos como bibliografia básica o livro *Textos básicos de filosofia do direito* de Danilo Marcondes e Noel Struchiner, o qual acompanharíamos de modo crítico, isto é, adicionando algumas ideias aqui e ali; e iríamos confeccionar certos capítulos que deveriam, no nosso modo de ver, completar o livro quando assumida a crítica mais importante a ele: faltava considerar o conteúdo do texto já clássico com relação à Filosofia do Direito “Para uma crítica da violência” do filósofo judeu alemão Walter Benjamin (1892-1940), ensaio de 1921. Eis, portanto, o motivo do título desse número da revista *O manguezal* ser *Direito, Justiça e Violência: outra introdução à Filosofia do Direito*. Experiência similar à que já realizamos com os alunos de Letras na disciplina de “Introdução à Filosofia”, que gerou

uma apostila de Lógica<sup>2</sup>, e com os de Filosofia em “Leitura e Composição de Texto Filosófico”, que gerou parte de um livro sobre Filosofia Moderna<sup>3</sup>.

Tendo decidido passar pelo texto de Benjamin como complementação crítica do livro *Textos básicos*, pensamos que o mais correto era também passar pela leitura de *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*, de 1993, que reconhece explicitamente a contribuição do de Benjamin para uma nova e mais crítica Filosofia do Direito, texto escrito pelo desconstrucionista franco-argelino Jaques Derrida (1930-2004), outra falta grave do mesmo livro tendo em vista a importância que a desconstrução assumiu nos últimos anos especialmente para os estudos críticos do Direito; e também decidimos passar por mais um livro que tratasse do tema resultado da dura crítica de Benjamin ao Direito Natural e Positivo, daí termos escolhido o livro *Violência: seis reflexões laterais* do filósofo psicanalista e marxista Slavoj Žižek (1949-), este último problematizando mais detidamente o tema da violência mítica e divina e da sistêmica e simbólica que estão, estas últimas, associadas ao Direito desde pelo menos o texto de Benjamin; texto que passa, assim e novamente, a ser um importante divisor de águas da mais recente História da Filosofia do Direito; com algumas inclusões que esses novos textos exigiam, assim finalizamos o programa da disciplina que pode ser visto mais à frente.

O que, pois, consideramos pesquisa acadêmica a partir da confecção de tal programa? Tendo suposto certas lacunas e pontos criticáveis do livro *Textos básicos* os resultados das pesquisas que desenvolveríamos deveriam suplementá-lo; decidido isso, nosso programa de pesquisa estava também bem determinado; tratava-se de realizar “pesquisa de caráter bibliográfico”, para a qual as obras básicas a serem estudadas (lidas, resenhadas, fichadas, problematizadas, discutidas) estavam já decididas e outras obras que podiam auxiliar na pesquisa estavam também listadas ao final do programa (e os alunos mencionaram muitas outras em seus trabalhos); e claro que contávamos com o acréscimo de outras ainda que deveriam aparecer no transcorrer das leituras, o que resultaria nas tais “reformulações sucessivas” (vide anexo sobre leitura) do projeto inicial, comum em toda pesquisa acadêmica. Alguns temas, como exemplos, dos que tomaram corpo à medida que avançávamos na pesquisa

---

<sup>2</sup> PIAUÍ, W. S. e DINUCCI, Aldo. *Lógica I*. São Cristóvão, SE: Cesad, 2016.

<sup>3</sup> PIAUÍ, W. S. et. al. *Mônada e ainda uma vez substância individual: introduções à filosofia leibniziana da substância, da unidade e da mônada*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

foram, a filosofia kantiana do direito, o positivismo de Hans Kelsen (1881-1973)<sup>4</sup> – na nossa opinião, outra falta grave do livro *Textos básicos*, e mesmo para a leitura do texto de Benjamin –, e saber mais sobre alguns mitos gregos presentes em algumas tragédias como o clássico para a Filosofia do Direito *Antígona*, que lemos na versão de Sófocles, e inclusive fizemos observar que a finalização da pesquisa que apenas iniciamos deveria contar com uma leitura cuidadosa da obra homônima do já mencionado Zizek<sup>5</sup>; nesse sentido, buscamos também mais informações sobre o mito de Níobe lembrado por Benjamin e outros que constavam no *Textos básicos*. Outra coisa que fomos obrigados a fazer foi ler certos verbetes de dicionário de filosofia, e escolhemos o de Nicola Abbagnano, tais como, “Comunismo”, “Direito”, “Ética”, “Marxismo”, “Moral”, “Socialismo” etc. e verbetes de filósofos, e escolhemos o dicionário de Denis Huisman, tais como, “Heráclito”, “Platão”, “Aristóteles”, “Agostinho”, “Tomás de Aquino”, “Leibniz”, “Kant”, “Benjamin”, “Derrida” etc.; o que aponta para a necessidade geral de consulta regular de dicionário técnico das áreas sobre as quais se pesquisa; cremos que com isso daríamos conta, ao menos inicialmente, de todos os aspectos de uma pesquisa bibliográfica ainda que muito introdutória e bastante circunscrita dentro de certos tópicos da História da Filosofia do Direito. De tal modo que o livro seria suplementado com a introdução dos seguintes capítulos: depois do capítulo “Sófocles – Antígona” teríamos algo como “Benjamin – Níobe” e “Zizek – Antígona (que apenas começamos a desenvolver com a turma)”, incluiríamos um capítulo sobre “Kelsen – O Direito Positivo” (que não desenvolvemos com a turma) antes do capítulo “Hart – O conceito...”, depois do qual teríamos algo como “Benjamin – Direito e Violência”, seguido de “Derrida – Lei, Direito e Justiça” e finalizaríamos o livro não mais com o capítulo “Feinberg – Os limites...” mas com “Zizek – Violência Simbólica/Sistêmica *versus* Violência Divina”.

Faltava apenas, e eis certamente a parte mais difícil, considerar o modo como leríamos os textos e escreveríamos os resultados de tal pesquisa. Vejamos...

## **B - Considerações sobre metodologia da leitura e escrita acadêmica ou como (não) combater o analfabetismo funcional?**

---

<sup>4</sup> Nos referimos, dentre outras, à noção de “valor”, associada ao Direito Positivo, que Benjamin problematiza em seu “Para uma crítica da violência” (2011, p. 125) e que, certamente, é uma referência ao capítulo de título “norma e valor” do livro *Teoria pura do direito* de Hans Kelsen.

<sup>5</sup> *Antigone*. Trad. Slavoj Zizek (com introdução de Hanif Kureishi). Nova York: Bloomsbury, 2016.

Eu diria que agora chegamos no tema mais importante que me leva, em particular, a rejeitar o supostamente tão importante ensino das regras ou normas da ABNT: mas o que são ou pretendem tais regras ou normas? Trata-se de uma espécie de receita de bolo que todo aquele que sabe cozinhar minimamente, ou seja, ler e escrever bem, não terá, dada a presença dos elementos necessários, dificuldade nenhuma em seguir! Na verdade aquela suposição de sua importância é uma mistificação e queríamos começar essa parte de nossa fala discutindo exatamente isso.

É provável que se conversássemos com professores mais velhos do ensino médio e mesmo de universidades ou faculdades, os ouviríamos dizer que a educação atual piorou muito, cujo fundo real tem a ver principalmente com o grau de analfabetismo funcional<sup>6</sup> dos alunos que frequentam e saem do ensino médio e que são os mesmos que recebemos nas universidades e faculdades; trata-se de verdade incontestável. Contudo, tal verdade esconde o fato que nunca tivemos tantos alunos no ensino médio, no governo Lula/Dilma nossas escolas saíram de cerca de 55% (governo FHC) de crianças na escola para 94%; também nunca tivemos tantos alunos no ensino superior, nossas universidades e institutos federais cresceram cerca de 300% inclusive em número de matrículas (no governo FHC as instituições federais de ensino, com raras exceções, estavam em geral às moscas, em estado de terra arrasada), o que teve como consequência que nossos alunos da escola básica e ensino fundamental agora têm professores não mais apenas com magistério mas com licenciatura e muitas vezes com mestrado feito em

---

<sup>6</sup> Segundo o site Brasil Escola da Uol (<https://brasilecola.uol.com.br/gramatica/analfabetismo-funcional.htm>, visitado no dia 19/12/2022 às 11:57): “São chamados de analfabetos funcionais os indivíduos que, embora saibam reconhecer letras e números, são incapazes de compreender textos simples, bem como realizar operações matemáticas mais elaboradas. No Brasil, conforme pesquisa feita pelo Instituto Pró-Livro, 50% dos entrevistados declararam não ler livros por não conseguirem compreender seu conteúdo, embora sejam tecnicamente alfabetizados. Outra pesquisa, realizada pelo Instituto Paulo Montenegro e pela Ação Educativa, revelou dados da oitava edição do Indicador de Analfabetismo Funcional, o Inaf, cujos resultados são alarmantes. De acordo com o Inaf, a alfabetização pode ser classificada em quatro níveis: analfabetos, alfabetizados em nível rudimentar (ambos considerados analfabetos funcionais), alfabetizados em nível básico e alfabetizados em nível pleno (esses dois últimos considerados indivíduos alfabetizados funcionalmente). **Conforme a pesquisa, que aplica um teste avaliando as habilidades de leitura, escrita e Matemática, o domínio pleno da leitura vem sofrendo queda entre todos os entrevistados, tendo eles concluído o Ensino Fundamental ou o Ensino Superior.** Os dados mostram que o problema do analfabetismo funcional deve ser levado a sério, pois a dificuldade de compreensão dos gêneros textuais, mesmo os mais simples e mais acessados no cotidiano, prejudica o desenvolvimento intelectual, pessoal e profissional do indivíduo. Embora o número de analfabetos tenha diminuído no Brasil nos últimos quinze anos, o analfabetismo funcional ainda é um fantasma que atinge até mesmo estudantes que frequentam o ensino superior, desfazendo o mito de que ele estaria intrinsecamente relacionado à baixa escolaridade. As pesquisas desenvolvidas sobre o índice de analfabetismo funcional no país são de extrema importância, já que promovem o debate entre diversos grupos sociais responsáveis por desenvolver um novo parâmetro educacional a partir da discussão das causas e efeitos do Inaf.” (Grifo nosso). Busque informações sobre o que significa “letramento”.

universidades públicas; ou seja, também é verdade que nunca tivemos uma educação tão boa quanto a atual, eis outra verdade incontestável! Mas, então, estamos diante de um paradoxo ou contradição? Claro que não! Seja como for, é isso que também explica o motivo principal do real analfabetismo funcional: não estávamos preparados para tais expansões e isso se reflete na suposta piora geral, que de geral não tem nada! Ou seja, ainda que nossa educação tenha melhorado de fato e de forma geral, não estávamos preparados para, finalmente, enfrentar o nosso novo problema da educação brasileira, o analfabetismo funcional. Todavia, temos visto a finalização das espetaculares e muito esperadas escolas públicas de ensino integral! Pátria educadora?

Vale lembrar que quando aquela educação supostamente boa, sempre lembrada pelos professores mais antigos, vigorava, tínhamos no Brasil uma imensa maioria de analfabetos, basta lembrar o antigo Mobral e o Instituto Universal Brasileiro (procurem saber o que eram!); em uma reportagem de 8 de setembro de 1995 o jornal Folha de São Paulo afirmava:

No Brasil, 50% da população adulta não têm mais de quatro anos de estudo; a maioria, portanto, é analfabeta. Há uma tendência histórica de diminuição na taxa de analfabetismo e de aumento no número absoluto de analfabetos: em 1960 eram 15,9 milhões de jovens e adultos (39,6% da população nessa faixa etária); em 1970, 18,1 milhões (33,6%); em 1990, 18,7 milhões (25%). Tomando os dados acima do censo de 91, percebe-se uma alteração nessa tendência, infelizmente para pior. O número de analfabetos cresceu mais do que se esperava (havia uma expectativa inclusive que o número começasse a cair), e a taxa de analfabetismo teve a menor queda dos últimos 50 anos (5%).

A presente notícia nem chega a mencionar que, inclusive, na mesma época a maioria dos professores do ensino fundamental sequer tinha o famigerado magistério; naquele momento anterior ao governo Lula, portanto, nosso desafio era o analfabetismo geral, e não o de certa forma gestado nas escolas atuais; no presente não se trata mais dele, apesar dos cuidados que sempre devemos tomar para não voltar àquela situação; agora nosso principal inimigo é o analfabetismo funcional e claro que ele é ainda mais grave quando falamos de uma ampla inclusão de alunos de escola pública principalmente a partir dos programas de cotas e da baixa qualidade geral do ensino praticado nas escolas da rede privada. Isso é o que mais de trinta anos de profissão e cuidado com os índices nos permitem afirmar. Ou seja, se quase vencemos o analfabetismo, nosso maior inimigo atualmente é, ou deveria ser, o analfabetismo funcional e claro que isso atinge principalmente as universidades ou faculdades; faltam programas sérios de enfrentamento do analfabetismo funcional principalmente no nível superior e é certamente

esse um dos principais motivos, evidentemente precedido da questão da renda, que faz a desistência de um número muito grande ainda, infelizmente, dos alunos do nível superior: incluímos analfabetos funcionais nas universidades para depois os excluirmos por não saberem ler e escrever nem mesmo academicamente<sup>7</sup>. Isso quer dizer que é preciso gastar ainda muito mais, investir muito mais, em educação no Brasil, principalmente no nível superior e quanto a atingir níveis aceitáveis de analfabetismo funcional da população brasileira em geral.

Para não falar das muitas seções online a que estão condenados os alunos que têm dificuldades graves de leitura e escrita, e que apenas com elas certamente não mudarão a sua condição; tal situação se reflete na proliferação de livros “milagrosos” de metodologia e em certa valoração falsa do aprendizado das regras da ABNT para a escrita acadêmica (em geral de artigo científico), para os quais, incluindo aquelas infinitas seções online, em poucas palavras responderíamos: não se aprende, a distância ou não, a ler e escrever com livros de metodologia ou seguindo as regras da ABNT, nem mesmo a escrita acadêmica! Escrever e ler são habilidades muitíssimo complexas que inclusive levam tempo para serem assimiladas à prática cotidiana e exigem acompanhamento presencial, ou seja, muito próximo e regular; o que quer dizer, conclusão simples, ninguém nasce sabendo a ler e a escrever e a escrita e leitura mesmo acadêmica, mas não só, é coisa que deve ser aprendida, praticada e assimilada com o devido tempo e frequência assídua de aulas presenciais, e claro que isso varia muito de alun@ para alun@ e de professor/a para professor/a. É nisso que precisamos investir se de fato queremos enfrentar esse nosso problema brasileiro novo.

Eis, pois, o desafio de qualquer disciplina que queira lidar com as reais dificuldades dos nossos reais alunos: como ensinar, presencialmente é claro, escrita ou leitura acadêmica para alunos que tiveram tão pouco acesso à cultura e que foram analfabetizados, dentre muitas outras coisas, pela leitura e escrita dos muitos tipos de livros didáticos? E claro que nas humanidades tal problema é agudo: como fazer os alunos lerem e compreenderem textos clássicos da literatura mundial se eles foram mal preparados inclusive para os e a partir dos infindáveis e nada clássicos textos didáticos? Escrever então nem se fala! E do que adianta perder tempo com aqueles livros de metodologia e quadro de normas milagrosas se o que não sabemos é ainda mais básico e muito mais complexo e profundo? Minha resposta segue sendo: “Não, não

---

<sup>7</sup> O meu departamento (DFL-UFS) tomou a decisão mais que acertada de investir em oito (08) disciplinas de “Leitura e Composição de Textos Filosóficos”, principalmente, é como vejo, para lidar com tal problema, as quais se distribuem nos oito semestres que deve durar a Licenciatura em Filosofia.

percamos tempo com isso, nos voltamos para o aprendizado presencial da leitura e da escritura, inclusive acadêmica, a partir de textos clássicos da literatura mundial, como em geral são os de Filosofia do Direito ou Filosofia da Ciência!”. Eis o motivo da parte do título desse número da *O manguezal* ser também *Com vários apontamentos sobre Metodologia da Pesquisa Acadêmica*.

Assim, tendo abandonado aquela mistificação, oferecemos para os alunos o que acreditamos ser um método, dentre muitos outros que certamente existem, que temos experimentado ao longo de mais de trinta anos de atividade professoral, método baseado na leitura de textos de filosofia, portanto, baseado na produção do gênero comentário, a partir de clássicos da literatura mundial. Para tanto preparamos, antes mesmo do início da disciplina, uma apostila que foi fornecida aos alunos já no primeiro dia de aula<sup>8</sup> e passamos a substituir certas partes dela com o objetivo de atender especificamente o programa do curso para alunos do Direito. Para não mencionar a estrutura que ela assumiu, o que permanecia igual e vale de um ponto de vista geral estava no começo da apostila (introdução, p. 10-24, fornecemos essa parte inicial em anexo) e dizia respeito justamente a muito do que já dissemos até aqui; contudo, ali (p. 14-18) os alunos encontravam a diferenciação, muito elementar mas muito útil, a partir das palavras de Antônio Carlos Gil, de quatro tipos básicos de leitura: exploratória, seletiva, analítica e interpretativa. Diante disso, qual delas e em qual momento adotá-las?

Dado que, assim como a suplementação a ser realizada, a bibliografia básica do programa/projeto já estava escolhida, não faríamos leitura seletiva, ou seja, evitaríamos a inclusão de outras obras ao menos nessa fase que estabelecemos da pesquisa, restando praticar a leitura exploratória, quando não se tratava de apresentar fichamento da obra objeto de estudo, e as leituras analítica e interpretativa, tanto nos fichamentos a serem entregues quanto nos trabalhos dissertativos parciais e finais; daí que a próxima discussão fosse a seguinte: mas como fazer um fichamento? Escolhemos alguns dos trabalhos finais e fichamentos, dentre os que nos foram entregues, como exemplos a serem ou não seguidos; são eles as respostas do que esperávamos como um bom ou nem tanto fichamento. De todo modo, para nós, fichamento razoável nada tem a ver com fichas e, associado a ele, trabalho dissertativo deve envolver

---

<sup>8</sup> Referente principalmente à produção do artigo “A controvérsia Leibniz e Locke quanto ao conceito de pessoa moral: uma outra introdução aos *Ensaio de teodiceia*”. In *Revista Heliús* (UVA), v. 3, n. 1, pp. 70-103, jan.-jun. 2020.



facilidade em analisar e interpretar textos clássicos da área a qual pertence a pesquisa! Eis, pois, o caráter de manual do presente volume!

O que adotamos como uma das maneiras de evitar aquela mistificação mencionada antes foi justamente não aceitar fichamento de citação, que na verdade não exige nenhuma capacidade de leitura e mesmo muito pouca de escritura, já que pode se resumir ao triste e monótono “copiar e colar”; adotamos como regra para o fichamento que ele não se baseasse somente na leitura exploratória e não fosse apenas descritivo, mas principalmente representasse a experimentação de leitura analítica (no mínimo estruturar a obra lida e tentar não ser apenas descritivo, não reescrever o texto analisado com outras palavras) e interpretativa (trazer inclusive outros autores e temas, em geral lidos e discutidos em aula presencial, para dialogarem com o texto fichado) e escritura acadêmica (se parecesse com um artigo ou *paper*, fazendo um uso equilibrado de citações, de notas etc., que tivesse resumo, introdução, desenvolvimento e conclusão, etc. etc. etc.). Somente assim, poderíamos diagnosticar bem as muitas dificuldades dos alunos antes da entrega do trabalho final e ajudá-los a superá-las. E, aí sim, resolvemos parte do problema, que suscita o tal aprendizado suposto fundamental das normas da ABNT: quais formatos devem ter os nossos trabalhos? Utilizamos as normas referentes às publicações da revista de alunos do Departamento de Filosofia e Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe, a *O manguezal* (isso, essa aqui mesmo), que contém uma espécie de resumo das normas da ABNT (se encontra em anexo inclusive comentada), para a confecção de vários exemplos de escrita acadêmica, de artigos ou *papers*, de resenhas e traduções, revista que pode ser encontrada em: <https://seer.ufs.br/index.php/omanguezal>. Eis o outro motivo do caráter de manual do presente volume, alunos que queiram compreender melhor como escrever seus textos que pretendem submeter à revista *O manguezal*, encontrarão aqui detalhamentos muito precisos quanto ao modo como revisamos os textos.

Um outro trabalho que pedimos para ser feito e que deveria contribuir para aquele diagnóstico das principais dificuldades dos alunos com relação à compreensão e explicação de textos clássicos foram os exercícios I, II e III – Atividade Complementar (também se encontram anexos) cujo enunciado geral era o seguinte:

Exercício de Leitura Exploratória, Seletiva, Analítica e Interpretativa (Como saber se seu fichamento está bem feito em termos da leitura que você exercitou nele? Como saber se está de acordo com o projeto de pesquisa ao qual esse trabalho deve fazer parte? Qual seu objetivo[s]?). Tendo vc assistido às aulas presenciais e feito várias

leituras exploratórias dos textos que serão mencionados a seguir, responda, localize, explique, comente etc.

Tendo em vista que foram feitos em datas diferentes (próximo do final da primeira metade e da segunda metade do curso), com eles conseguíamos acompanhar no tempo da confecção de cada fichamento a maneira como os alunos estavam ganhando consciência do trabalho que estavam fazendo e se estavam incorporando elementos de revisão ortográfica/gramatical e das normas referentes à forma que o resultado de uma pesquisa acadêmica deve assumir, tanto do ponto de vista geral da pesquisa (referente ao programa de pesquisa a ser cumprido) quanto do específico (referente ao texto específico que estavam fichando, isto é, analisando/interpretando, e o que estavam escrevendo, isto é, fichamento/resenha, exercício, artigo). Por fim, tal programa/projeto foi executado em 4 aulas semanais que se dividiram principalmente em: aulas sobre História da Filosofia do Direito (cerca de 40% do curso, fornecemos uma delas em anexo), aulas sobre como ler textos clássicos (cerca de 30%, também fornecemos uma parte delas) e aulas sobre como escrever texto acadêmico, principalmente artigo (cerca de 30%, contempladas nas anotações comentários, {A/C}s, aqui acrescentadas aos trabalhos), e que contaram com alguns atendimentos, de extrema necessidade diríamos, na minha sala do DFL.

Gostaríamos de terminar essa parte dizendo que a realização desses trabalhos levou os alunos a produzirem cerca de cem páginas (100, isso mesmo!) de resultados da pesquisa realizada durante o semestre (em cerca de 4 meses apenas e para alunos do primeiro período), trabalhos que foram acompanhados bem de perto, mas não o suficiente é verdade, tendo em vista o grande número de alunos que iniciaram a disciplina, mais de 50, e permitiram o diagnóstico detalhado das diversas dificuldades da maioria deles; tendo em vista todo esse material pudemos concluir o seguinte: de fato, a maior dificuldade dos nossos alunos nada tem a ver com saber ou não seguir as regras da ABNT, mas, como já esperávamos, com a falta de cultura política, científica, psicanalítica, filosófica e literária geral e desconhecimento do que é de fato necessário para escrever textos dissertativos que envolvam a habilidade analisar e interpretar textos não didáticos, como o são a maioria dos que eles lerão na universidade ou dos que deveriam ter lido na escola, na vida. Outra coisa que também esperávamos era ver confirmada a nossa tese geral, que não será defendida aqui de modo adequado, é claro, segundo a qual o ler/escrever bem e pensar bem andam muito próximos (e não estamos falando de

simplificações grosseiras da lógica clássica)<sup>9</sup>, cremos ser possível até apostar em uma maior maturidade e desenvoltura dos alunos mais preparados para a leitura e escrita; de todo modo confirmamos muitas vezes que os alunos que têm maiores dificuldades em ler também as têm em compreender a exposição ou defesa de uma hipótese ou opinião e o que seria necessário para manter ou defender sua própria opinião, o que prejudica muitíssimo a compreensão dos motivos que levam a certo encadeamento argumentativo principalmente dos textos clássicos, a dificuldade aqui pode beirar o fundamentalismo.

Com efeito, e como devíamos esperar, nosso maior inimigo na universidade segue sendo o analfabetismo funcional que, inclusive, vem recebendo um grande reforço dos novos modos de comunicação ou da cada vez mais longa frequência do mundo virtual atual, some-se a isso a praticamente impossibilidade de concentração dos nossos alunos que é também resultado de ambas, e a disseminação de literaturas inclusive virtuais que não possuem sequer uma boa diversidade de vocabulário e de recursos gramaticais. Ou seja, nossos alunos vivem em um mundo de comunicação massiva que os impede de se concentrar, mesmo de dormir, e de ler e escrever bem, comunicação mássica que inclusive os analfabetiza culturalmente diária e insistentemente, mundo da de-s-in-formação: nova ignorância que ocupa os lugares vagos deixados pelo não enfrentamento do analfabetismo funcional geral. Outra coisa que os professores constataram no geral, ou seja, do ensino fundamental, médio, superior etc., e tive inclusive a oportunidade de conversar com alguns de institutos de línguas que o confirmaram, foi a maior dificuldade de aprendizado dos alunos que passaram pelas muitas horas de aula online por conta da pandemia; eis mais uma prova inegável que ensino online tem suas limitações e não é a maneira adequada de enfrentar um problema tão grande, complexo e profundo como o endêmico analfabetismo funcional brasileiro; a não ser, é claro, se dermos a ele a importância que merece.

O que esperamos com a presente publicação é justamente oferecer um material que contribua para combater tal problema geral ou ao menos mostre que é possível apresentar bons resultados desde que abandonemos a mistificação que faz a base de livros ou cursos de metodologia e desde que assumamos o difícil e árduo trabalho de acompanhar mais de perto nossos alunos e alunas na difícil empreitada que é se concentrar ativamente em certa

---

<sup>9</sup> Sobre nossa crítica ao modo de pensar leitura filosófica a partir desse tipo de noção da lógica, cf. nosso capítulo de livro “Uma introdução a certa metodologia em filosofia”, especialmente pp. 223, 230 e 237. In *Edição comemorativa da XXII Semana de Filosofia (DFL/PPGF-UFS)*. Aracaju: Infographics, 2022, p. 219.

problemática (manter certos objetivos da pesquisa em mente, ruminá-los), ler bem, inclusive clássicos da literatura mundial, e escrever bem, inclusive em gêneros que não sejam apenas os acadêmicos, os maçantes e repetitivos fichamentos, artigos, TCCs, dissertações e teses: ensaiar. Para tal tivemos que fugir um pouco do padrão costumeiro de um volume de revista acadêmica, mas, como se trata de ajudar nossos alunos e alunas, o que deve ser desculpável especialmente quando se trata de uma revista feita por eles e voltada fundamentalmente para eles.

### **C – Sistema de indicações e adaptações adotadas no presente número**

Uma das coisas que tivemos que vencer para finalizar a presente obra foi pensar um sistema que nos permitisse indicar quais mudanças gostaríamos que fossem feitas nos trabalhos que recebemos e quais recursos muito simples podem ser usados para solucionar alguns erros ou enfrentar certas dificuldades, sem fazer com que ao menos parte dos textos publicados percam o caráter de publicados; assim, adotamos a seguinte estratégia geral: usaremos em geral as chaves “{}”, a sigla entre chaves “{A/C: sugeriríamos...}” e o fundo cinza “[X]” para Anotação ou Comentário do Professor ou do Revisor (doravante apenas {A/C}s) que podem estar precedidas, no sentido de dizer respeito precisamente àquilo, de palavra, expressão ou texto sublinhado ou ~~rasurado~~; tais expedientes podem aparecer em qualquer lugar, desde o texto corrido e notas até as referências bibliográficas, querendo dizer que a partir deles poderemos falar de tudo que possa contribuir para a melhora do texto final. Outra coisa que tivemos que mudar para que os textos dos alunos fossem considerados publicáveis foi considerar os fichamentos como resenhas, o que não deixa de ser verdade tendo em vista que não adotamos o modelo reduzidíssimo de fichas e, como já o dissemos, eles não deveriam estar baseados somente em leitura exploratória e serem apenas descritivos, mas representar a experimentação de leitura analítica e interpretativa e de escritura acadêmica, trazendo inclusive outros autores e temas, em geral lidos e discutidos em aula presencial, para dialogarem com o texto fichado, o que é uma das principais características de uma resenha, e se parecer com um artigo, fazendo um uso equilibrado de citações, notas, bibliografia secundária e auxiliar etc.; no entanto, para isso, tivemos que ampliar em muito o número limite de páginas para as resenhas, que costuma ser dois terços menor que a de artigos, ou seja, ter no máximo oito (8) páginas, o que vale somente para o presente volume; retiramos, pois, o limite de página das resenhas/fichamentos para chegar próximo ao dos artigos, uma mudança também de fácil compreensão dadas aquelas

características que já mencionamos. Tendo em vista a explicitação de algumas das afirmações que fizemos nesta apresentação e a importância para a realização adequada dos fichamentos e do trabalho final, ofereceremos alguns exemplos de exercícios de leitura acompanhados daqueles expedientes, mas, dado seu formato e objetivo geral, não devem contar como publicação, por isso, não mencionaremos os seus autores e os incluiremos também apenas nos anexos; vale lembrar que, em atenção àquela explicitação e sua importância geral, tais trabalhos não obedeceram aos critérios de seleção que mencionaremos a seguir e é principalmente com eles que compusemos o volume um (n. 14 – com cerca de 120 páginas) da presente edição da *O manguezal* (v. 3, jul. - dez., 2022).

#### **D – Como realizamos a seleção e ordenamento dos textos**

Certos que com isso tenhamos sido mais justos, os fichamentos/resenhas e trabalhos-finais/artigos, com os quais compusemos o volume dois (n. 15 – com cerca de 560 páginas) da presente edição da *O manguezal* (v. 3, jul. - dez. 2022), foram selecionados do seguinte modo: em primeiro lugar, foram divididos em dois grupos, feminino e masculino, que tiveram o mesmo número de selecionados; em segundo lugar, a partir da sua especificidade, foram separados a partir dos fichamentos 1, 2 e 3 ao trabalho final; em terceiro, ordenados segundo as notas mais altas, de 10 para menos. Serão apresentados de acordo com essa seleção, exceto com relação à ordenação das notas que estarão invertidas, o que também fizemos com os exercícios de leitura, cremos que com essa inversão os alunos que lerem os textos selecionados podem aprender mais com nossas {A/C}s, anotações e comentários que também aparecerão nos trabalhos-finais/artigos; além disso, e como já o dissemos, adotamos uma divisão geral que separa de um lado todo trabalho mais metodológico e do outro o mais de filosofia do direito propriamente. Por fim, muitos outros trabalhos também excelentes poderiam ter sido selecionados, tivemos que pensar o tamanho do presente volume e conferir a ele alguma unidade, por isso somente esses poucos textos puderam integrar o presente volume; mantivemos a finalização com os textos do fluxo contínuo.

#### **E – Agradecimentos**

Ficam aqui nossos agradecimentos à Profa. Dra. Andréa Depieri do Dep. de Direito da Universidade Federal de Sergipe (DDI-UFS) que, tendo em vista sua formação, áreas de interesse e de atuação, nos ajudou em toda a finalização do presente volume, aos meus alunos do GEFILUFS (Grupo de Estudos de Filosofia da Linguagem da UFS) que sempre me ajudam, principalmente para os doutorandos Caio Graco Maia, Lauro Iane de Moraes e à doutoranda Edilamara Peixoto de Andrade, também alunos do Programa de Pós Graduação em Filosofia (PPGF-UFS), que revisaram todo o volume e me auxiliaram a fazer algumas {A/C}s, aos alunos da disciplina a partir da qual recolhemos o material que permitiu fazer o presente volume, destaque para aqueles que nos permitiram usar seus textos, os mencionados no sumário, e os que auxiliaram na própria confecção e revisão de partes do presente volume, nomeadamente às alunas Mércia Silva do Nascimento, Fernanda Menezes do Nascimento e aos alunos Ian Sávio Pereira dos Santos, Wilson Rodrigo Sampaio de Jesus, e para os alunos da UFS em geral, alunos e alunas que sempre têm muito a nos ensinar e para os quais mais diretamente sempre estão voltados os nossos esforços da *O manguezal*.

Um bom aprendizado a todas e todos!

William de Siqueira Piauí  
São Cristóvão, SE, 30/11/2022